

Dívida terá um esquema flexível

O esquema prevê graus crescentes de vinculação com o FMI e permitirá aos bancos dispensarem o cumprimento das metas fixadas

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O governo brasileiro acertou na sexta-feira, em Nova York, com o comitê dos bancos credores privados, um esquema flexível de vinculação entre o desembolso dos US\$ 5,2 bilhões que os bancos vão emprestar ao Brasil até o ano que vem, e o acordo que está em negociação com o Fundo Monetário Internacional.

O ministro Mafson da Nóbrega, da Fazenda, anunciou ontem o novo esquema, que prevê graus crescentes de vinculação — desde a desvinculação total, para a primeira parcela, até uma “relação” — nas palavras de Mafson — negociada para a terceira e última parcelas, que permitirá aos bancos, por decisão da maioria, dispensarem o Brasil de cumprir as metas fixadas no acordo com o FMI.

Mafson considerou o esquema “inovador”, uma vez que até agora a regra em negociações deste tipo tinha sido uma vinculação direta e automática dos desembolsos dos bancos ao cumprimento das metas do FMI. (Se o País não cumpria as metas, os bancos cortavam os desembolsos de seus empréstimos, o que aconteceu no ano passado com a Argentina, por exemplo.)

De acordo com o ministro, apenas a terceira parcela do empréstimo — de US\$ 600 milhões, e desembolso previsto para o primeiro trimestre de 89 — terá uma “relação” com o acordo do FMI (o ministro não gostou quando os jornalistas falaram em vinculação). Para ter direito a essa parcela, disse Mafson, o Brasil precisará ter cumprido as metas fixadas para dezembro de 88, no acordo com o FMI.

Mas mesmo que não consiga cum-

prilas, o País não será penalizado com um corte automático do desembolso, acrescentou o ministro. O Brasil poderá pedir ao FMI um *waiver* — dispensa do cumprimento das metas — ou renegociar novas metas. E mesmo que não faça isso, poderá receber o *waiver* dos próprios credores, desde que 85% dos bancos em participação no valor total do empréstimo concordem em dispensar o País do cumprimento das metas.

Esse último é o ponto mais inovador do esquema acertado na sexta, segundo o ministro da Fazenda. “Ao contrário do que diziam alguns jornais e comentaristas da imprensa, não haverá relacionamento automático com o FMI”, afirmou. “E mais de 90% do acordo não terão vinculação a metas acertadas com o Fundo.”

Esse porcentual corresponde às duas primeiras parcelas dos US\$ 5,2 bilhões, que serão desembolsados ainda este ano. Para a primeira parcela — US\$ 4 bilhões, a serem desembolsados no momento da assinatura do acordo definitivo com os bancos — não há vinculação de espécie alguma, garantiu o ministro. E para a segunda parcela, de US\$ 600 milhões e liberação prevista para o último trimestre do ano, não haverá vinculação a metas ou ao pagamento de parcelas do próprio FMI. Bastará que o acordo com o fundo continue em vigor para que o desembolso seja feito.

O ministro da Fazenda, em sucessivas entrevistas a estações de rádio e TV, fez questão de ressaltar que o Brasil caminha para fechar um dos melhores acordos já assinados por um país devedor, e sem abrir mão de lutar por seus pontos de vista na negociação. “Se estivéssemos apenas aderindo a uma proposta dos bancos, o acordo estaria assinado desde janeiro”, disse.